

Educação De Qualidade No Brasil E Abordagem Das Capacidades: Uma Análise Da Implementação Do ODS 4

Rayssa Cleide De Oliveira¹; Daniela Pegoraro²; Jucelaine Arend³;
Rosana Brettas Da Silva⁴, Estéfana Da Silva Stertz⁵; Rosangela De Arruda⁶;
Claudia Janete Lamberty Porto⁷; Luis Felipe Dias Lopes⁸
(Doutoranda Em Administração, Universidade Federal De Santa Maria, Brasil)
(Doutoranda Em Administração, Universidade Federal De Santa Maria, Brasil)
(Doutoranda Em Gestão Das Organizações Públicas, Universidade Federal De Santa Maria, Brasil)
(Doutoranda Em Administração E Ciências Contábeis, Universidade Federal De Santa Maria, Brasil)
(Doutoranda Em Administração, Universidade Federal De Santa Maria, Brasil)
(Mestra Em Gestão Estratégica De Organizações, Universidade Regional Integrada Do Alto Uruguai E Das Missões, Brasil)
(Doutoranda Em Administração, Universidade Federal De Santa Maria, Brasil)
(Doutor E Professor Em Administração, Universidade Federal De Santa Maria, Brasil)

Abstract:

Background A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), apresenta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como uma estratégia global para o progresso social, econômico e ambiental. Dentro desse contexto, o ODS 4 – Educação de Qualidade desempenha um papel essencial na promoção de oportunidades de aprendizagem inclusivas e equitativas. Este estudo explora a interseção entre a Abordagem das Capacidades de Amartya Sen e a Agenda 2030, analisando como políticas públicas e programas governamentais contribuem para a equidade educacional no Brasil.

Materials and Methods: Adotou-se uma abordagem qualitativa e bibliográfica, com foco na análise de políticas públicas e programas governamentais brasileiros. Foram avaliadas iniciativas nacionais como o Plano Nacional de Educação (PNE), o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e o Programa Pé-de-Meia, com o objetivo de discutir sua eficácia na promoção da equidade educacional.

Results: Os resultados indicam que, apesar de avanços estruturais, desafios significativos ainda persistem na garantia do acesso à educação de qualidade, especialmente em comunidades vulneráveis e marginalizadas.

Conclusion: A pesquisa destaca a importância da articulação entre políticas públicas e a Abordagem das Capacidades, reforçando o papel da educação no desenvolvimento humano e na mobilidade social. Ao examinar as implicações teóricas e práticas dessas iniciativas, o estudo contribui para o debate contínuo sobre a educação como eixo fundamental para o desenvolvimento sustentável.

Key Word: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); Educação de Qualidade; Abordagem das Capacidades; Políticas Públicas Educacionais; Equidade Social.

Date of Submission: 07-08-2025

Date of Acceptance: 17-08-2025

I. Introdução

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, lançada em 2015 pelas Nações Unidas, estabeleceu um plano global para promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental de forma equilibrada e sustentável (Seixas et al., 2020). Entretanto, ao se aproximar da primeira década de implementação, o modelo de crescimento econômico liberal e a priorização de metas financeiras são apontados como desafios à equidade na execução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente nas dimensões ambiental e social (Zorzo; Lazzari; Severo, 2022).

Apesar desses desafios, a Agenda 2030 tem impulsionado uma ampla gama de debates e reflexões sobre seu potencial para elevar a qualidade de vida e fomentar o desenvolvimento sustentável. Os 17 ODS abrangem diferentes camadas de políticas públicas e estratégias organizacionais, sendo frequentemente avaliados à luz de abordagens teóricas como a abordagem das capacidades, proposta por Amartya Sen (2000, 2011) e complementada por Martha Nussbaum (2024). Esta perspectiva enfatiza que o desenvolvimento sustentável deve ser mensurado não apenas pelo crescimento econômico, mas pela capacidade das pessoas de alcançarem um padrão de vida digno e exercerem suas liberdades (Scarano; Padgurschi; Freire, 2021).

Este artigo busca responder à seguinte questão central: A Agenda 2030 pode ser considerada um instrumento promotor de capacidades, conforme a abordagem de Amartya Sen, no contexto dos indicadores de implementação do ODS 4 no Brasil?

Diante desse contexto, este estudo tem como objetivo explorar as relações entre a abordagem das capacidades e a implementação da Agenda 2030 no Brasil, com foco no ODS 4 – Educação de Qualidade.

Primeiramente, serão discutidas as principais contribuições teóricas da abordagem das capacidades para a mensuração do desenvolvimento sustentável. Em seguida, será realizada uma revisão da literatura, destacando os principais avanços e desafios da interseção entre a abordagem das capacidades e o ODS 4. Por fim, com base nos achados dessa revisão, será analisado o Relatório Nacional Voluntário (RNV) submetido pelo Brasil à ONU, documento que apresenta o estado atual da implementação dos ODS no país.

O presente estudo está dividido em cinco etapas. A primeira etapa está a introdução, no segundo tópico o referencial teórico, seguindo a metodologia, logo após a análise dos resultados e por último, a conclusão do estudo.

II. Referencial Teórico

Contextualização Histórica Da Educação E Da Agenda 2030

A educação sempre desempenhou um papel central na construção das sociedades, sendo reconhecida como um instrumento essencial para o desenvolvimento humano e social. Ao longo da história, diferentes civilizações estruturaram sistemas educacionais voltados à transmissão de conhecimento e formação de cidadãos. Na Grécia Antiga, por exemplo, a educação era um elemento fundamental na preparação de líderes políticos e guerreiros, enquanto na Idade Média, ficou amplamente restrita às elites religiosas e nobres. Com o advento do Iluminismo, no século XVIII, houve uma mudança significativa na forma como a educação passou a ser percebida: “tornou-se um direito fundamental e um fator-chave para o progresso da sociedade” (Stearns, 2020).

Durante o século XIX e início do século XX, a expansão da educação pública foi impulsionada pela necessidade de formação de mão de obra qualificada para a Revolução Industrial. Nesse contexto, diversos países começaram a implementar sistemas de ensino universais e compulsórios, consolidando o papel do Estado na oferta educacional.

No Brasil, as primeiras iniciativas de educação pública estruturada surgiram nesse período, mas o acesso à educação ainda era restrito e desigual (Saviani, 2021). Foi somente ao longo do século XX que a educação começou a ser tratada como um direito universal, especialmente com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e, posteriormente, com a Constituição Brasileira de 1988, que estabeleceu a educação como direito de todos e dever do Estado e da família (Brasil, 1988).

No cenário global, a educação passou a ser integrada às discussões sobre desenvolvimento sustentável a partir da adoção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2000. Entre os objetivos estabelecidos estava a meta de garantir educação primária universal para todas as crianças até 2015. Embora avanços tenham sido alcançados, especialmente na ampliação do acesso à escola, muitos desafios persistiam, como a baixa qualidade do ensino, a desigualdade educacional entre diferentes grupos populacionais e a evasão escolar em contextos de vulnerabilidade (UNESCO, 2015).

Diante da necessidade de uma abordagem mais abrangente, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foi lançada pela ONU em 2015, consolidando um novo marco para o desenvolvimento global. Essa agenda se estrutura em 17 ODS, dos quais o ODS 4 – Educação de Qualidade é dedicado à garantia de educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. A partir desse novo compromisso, os países signatários, incluindo o Brasil, passaram a desenvolver estratégias para aprimorar seus sistemas educacionais, alinhando suas políticas públicas às metas estabelecidas na Agenda 2030 (ONU, 2015).

No Brasil, a implementação do ODS 4 se relaciona diretamente com iniciativas como o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece diretrizes para o aprimoramento da educação no país. Programas como o Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e o Pé-de-Meia foram criados para combater desigualdades no acesso à educação, oferecendo suporte financeiro a estudantes em situação de vulnerabilidade. No entanto, desafios como a evasão escolar, a desigualdade regional e a falta de infraestrutura adequada ainda representam obstáculos para a concretização das metas do ODS 4 (IPEA, 2024).

Ao longo dos anos, a educação tem sido cada vez mais reconhecida como um fator determinante para o desenvolvimento sustentável. O avanço da tecnologia e a transformação das demandas do mercado de trabalho reforçam a necessidade de um ensino que vá além da alfabetização básica, promovendo a capacitação contínua dos indivíduos. Assim, o cumprimento do ODS 4 representa, não somente um compromisso com a equidade educacional, mas também, um passo essencial para o crescimento econômico, a redução das desigualdades e a formação de cidadãos preparados para os desafios contemporâneos.

Análise Crítica Das Políticas Públicas Implementadas

O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei n.º 13.005/2014, estabelece um conjunto de diretrizes e metas para a educação brasileira, abrangendo desde a educação infantil até o ensino superior (Brasil,

2014). No entanto, a efetividade do PNE tem sido comprometida pela falta de financiamento adequado e pela ausência de mecanismos robustos de monitoramento e avaliação. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2024), diversas metas do PNE ainda não foram alcançadas, incluindo a universalização da educação infantil e a ampliação da oferta de ensino em tempo integral. A desigualdade regional também permanece um entrave significativo, uma vez que estados e municípios com menor arrecadação enfrentam dificuldades para implementar as diretrizes do plano.

Outro programa de destaque é o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), criado para descentralizar o repasse de recursos financeiros e fortalecer a autonomia das escolas públicas. Embora essa política tenha contribuído para a melhoria da infraestrutura escolar e a aquisição de materiais didáticos, sua implementação enfrenta desafios relacionados à burocratização e à gestão dos recursos. Muitas escolas, especialmente em regiões de baixa renda, não possuem capacitação administrativa suficiente para otimizar o uso dos recursos recebidos, comprometendo sua efetividade. Além disso, o impacto do PDDE na melhoria do aprendizado ainda não é plenamente documentado, evidenciando a necessidade de estudos mais aprofundados sobre sua eficácia (Brasil, 2009).

Mais recentemente, foi implementado o Programa Pé-de-Meia, que visa reduzir a evasão escolar no ensino médio por meio de incentivo financeiro a estudantes de baixa renda. Essa política é inspirada em programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, e busca assegurar que jovens em situação de vulnerabilidade social tenham condições de concluir a educação básica. Apesar de ser uma iniciativa promissora, sua eficácia ainda depende de uma implementação abrangente e do acompanhamento dos beneficiários para evitar que fatores externos, como a necessidade de ingresso precoce no mercado de trabalho, continuem impactando os índices de evasão (Brasil, 2023).

A análise crítica dessas políticas públicas revela um padrão recorrente na educação brasileira: a formulação de programas bem estruturados, mas com desafios significativos na implementação e no monitoramento. A fragmentação das iniciativas, a falta de coordenação entre os diferentes níveis de governo e a instabilidade nos investimentos educacionais resultam em políticas que, muitas vezes, não atingem todo o seu potencial. Além disso, a mensuração do impacto das políticas ainda é limitada, dificultando avaliar sua real contribuição para a melhoria da qualidade da educação (Pires; Lopes, 2018).

Dessa forma, para o Brasil avançar no cumprimento das metas do ODS 4, torna-se essencial reforçar a governança educacional, aprimorar a gestão dos recursos financeiros e garantir a continuidade das políticas públicas, independentemente de mudanças no cenário político. Também se faz necessário fortalecer mecanismos de avaliação, com indicadores mais precisos e periódicos, a fim de garantir que as políticas educacionais não somente promovam acesso à educação, mas também garantam sua qualidade e equidade. Somente com uma abordagem sistêmica e integrada será possível consolidar avanços significativos na educação brasileira e assegurar que a Agenda 2030 se torne uma realidade efetiva para todos (Brasil, 2023).

A Teoria Das Capacidades De Amartya Sen

Esta seção tem por objetivo apresentar a teoria das capacidades de Amartya Sen, dialogando com as contribuições de Martha Nussbaum, para expor as premissas dessa abordagem que serão exploradas nas sessões seguintes.

Em “Uma Ideia de Justiça” (2011), Amartya Sen propõe compreender o desenvolvimento para além de fatores econômicos agregados, como o PIB. O autor argumenta que esse indicador não capta aspectos fundamentais da vida humana, como qualidade de vida, bem-estar, liberdade e autonomia para realizar escolhas. Nesse sentido, a abordagem das capacidades surge como alternativa à teoria do institucionalismo transcendental de John Rawls, que foca em arranjos institucionais ideais (Pogge, 2007). Diferentemente, a perspectiva seniana prioriza as realizações reais dos indivíduos, concentrando-se em seu comportamento e nas condições que permitem uma vida digna (Vitta, 1999).

Sob essa perspectiva, a liberdade substantiva desempenha um papel central na abordagem das capacidades, uma vez que está diretamente relacionada à aptidão real das pessoas para fazerem escolhas e realizarem aquilo que valorizam. Sen (2011) argumenta que a abordagem desloca o foco das condições materiais, como renda e riqueza, para as oportunidades reais que as pessoas têm de viver plenamente. Assim, a abordagem propõe critérios avaliativos inovadores que vão além das métricas econômicas tradicionais, redefinindo o que significa progresso e desenvolvimento.

Nesse contexto, as liberdades substantivas podem ser entendidas como aquelas associadas aos resultados desejados, ou seja, ao estado em que o indivíduo possui as capacidades necessárias para exercer sua liberdade. Por sua vez, as liberdades instrumentais correspondem aos meios empregados para alcançar essas capacidades, compondo a dimensão do desenvolvimento como liberdade. Essa distinção ressalta a diferença entre os fins e os meios do desenvolvimento: enquanto as liberdades substantivas enriquecem a vida humana e representam objetivos finais, as liberdades instrumentais funcionam como caminhos para atingi-los (Pinheiro, 2012).

Martha Nussbaum complementa a abordagem de Sen ao propor uma lista de dez capacidades centrais que, segundo ela, são requisitos mínimos para garantir a dignidade humana. Essas capacidades incluem vida, saúde física, integridade física, sentidos, imaginação e pensamento, emoções, razão prática, afiliação, respeito ao meio ambiente, lazer e controle sobre o próprio ambiente, tanto político quanto econômico (Nussbaum, 2013). Essa lista possibilita uma análise mais específica das condições que promovem a dignidade humana, bem como do que seriam essas capacidades e realizações do indivíduo, aspectos esses que orientam políticas públicas em diferentes contextos. Complementando a noção de liberdades substantivas, Sen (2000) apresenta o que integraria as liberdades instrumentais, sendo essas: facilidade econômica, segurança protetora, oportunidades sociais, garantias de transparência e liberdades políticas.

Cada uma dessas liberdades desempenha um papel crucial na promoção das capacidades humanas. Por exemplo, a facilidade econômica refere-se ao uso de recursos para consumo, produção ou troca, enquanto a segurança protetora envolve redes de apoio que impedem a sociedade de cair em condições extremas de privação.

As oportunidades sociais abrangem acesso à educação e à saúde, as garantias de transparência garantem clareza e sinceridade nas relações-públicas e privadas, e as liberdades políticas asseguram o direito de participação democrática, incluindo voto, fiscalização governamental e liberdade de imprensa. Sendo resumido na Tabela 1, logo abaixo.

Tabela 1 - Indicadores de Liberdade Instrumental

INDICADORES	CARACTERÍSTICA DO INDICADOR
Facilidade Econômica	Utilizar recursos com propósito de consumo, produção ou troca; o desenvolvimento econômico nacional, deve significar aumento de renda a população (aspecto distributivo); acesso a crédito por grandes e pequenas empresas.
Segurança Protetora	Rede de segurança que impeça a sociedade de passar por condições de padecimento; Consiste em instituições que beneficiam a sociedade no que tange a alimentação, saúde, habitação e emprego.
Oportunidades Sociais	Acesso à educação, saúde, entre outros; Elevar a liberdade substantiva.
Garantias de transparência	Condição de sinceridade, dessegredo e clareza; Envolve a vida privada e pública (garantia de transparência pública).
Liberdades Políticas	Direito a voto, escolha de governo; possibilidade de fiscalização; liberdade de imprensa (associa-se ao modelo de democracia).

Fonte: Adaptado de Amartya Sen (2000) e Correa Júnior (2012).

Esses indicadores, como discutido anteriormente, oferecem novas formas de avaliar políticas públicas. Nesse sentido, trabalhos como os de Correa Júnior (2012) e Renata Lima e João Costa (2012), são exemplos da aplicação dessas categorias para analisar políticas em diferentes áreas, incluindo indicadores de diferentes formas de desenvolvimento, desde IDH à sustentabilidade da Agenda 2030, e turismo, respectivamente.

Orientado por essas obras, os cinco indicadores, propostos por Sen, serão utilizados na sessão final para avaliar as políticas implementadas pelo Brasil para efetivar a Agenda 2030, sendo avaliadas sobre as dimensões da liberdade instrumental. Assim, busca-se compreender se há orientação pela efetivação das liberdades, a partir da Agenda 2030 implementada pelo Brasil.

III. Metodologia

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, combinando revisão bibliográfica e análise documental para investigar as interfaces entre a Abordagem das Capacidades, proposta por Amartya Sen, e a implementação do ODS 4 – Educação de Qualidade no Brasil. Essa abordagem é particularmente adequada ao problema de pesquisa por se tratar de um campo com escassa produção científica articulando os ODS e a teoria das capacidades, exigindo uma compreensão contextual aprofundada e de caráter interpretativo. A originalidade deste estudo reside no cruzamento entre a análise do Relatório Nacional Voluntário (RNV) do Brasil e o referencial das capacidades, permitindo interpretar criticamente não apenas os resultados educacionais, mas também as dimensões de liberdade e oportunidade subjacentes às políticas públicas.

A revisão bibliográfica foi conduzida na plataforma *Publish or Perish*, com recorte temporal de 2015 a 2025, de forma a contemplar publicações alinhadas ao período posterior à adoção da Agenda 2030. Utilizaram-se como palavras-chave os termos *capability approach* e *SDG (Sustainable Development Goals)*. A busca inicial resultou em 420 artigos. Para garantir a relevância e qualidade das fontes, foram selecionados os 20 artigos mais bem classificados no ranking da plataforma, considerando métricas como número de citações e impacto acadêmico. Esses artigos passaram por leitura integral e análise crítica, buscando identificar conceitos-chave, teorias e debates relevantes para a compreensão da relação entre a Abordagem das Capacidades e a implementação dos ODS.

A análise documental teve como foco fontes primárias de caráter oficial, com destaque para o Relatório Nacional Voluntário (RNV) do Brasil (2024), que apresenta o panorama de implementação dos ODS no país. Complementarmente, foram examinados documentos e programas institucionais relacionados ao ODS 4, como o Plano Nacional de Educação (PNE), o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e o Programa Pé-de-Meia. A seleção desses documentos baseou-se em seu alcance nacional, relevância para a política educacional e alinhamento com as metas do ODS 4.

A etapa analítica empregou a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2011), estruturada em três fases: (i) pré-análise, com organização do corpus e leitura flutuante; (ii) exploração do material, com codificação temática a partir das cinco liberdades instrumentais propostas por Sen; e (iii) tratamento e interpretação dos resultados. Além disso, foi realizada uma análise de frequência de termos, utilizando *nuvem de palavras* como recurso visual para identificar os conceitos mais recorrentes na literatura selecionada e nos documentos oficiais.

Essa estratégia metodológica permite não apenas mapear avanços e desafios na implementação do ODS 4 no Brasil, mas também oferecer uma leitura crítica original ao aplicar o referencial das capacidades ao conteúdo do RNV, evidenciando dimensões pouco exploradas, como a ausência de garantias de transparência e liberdades políticas nos indicadores monitorados.

IV. Discussão E Resultados

Discussão Dos Resultados

Ao explorar as características da Abordagem das Capacidades, esta seção examina os estudos que estabelecem conexões entre o referencial teórico de Amartya Sen e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, buscando identificar quais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) se destacam como mais relevantes nessa interface.

O levantamento bibliográfico, detalhado na metodologia, resultou em um conjunto inicial expressivo de publicações, que passou por um processo criterioso de seleção e triagem. Como resultado, foram identificados quatro artigos que atendem integralmente aos critérios de inclusão e que oferecem aplicações concretas da Abordagem das Capacidades no contexto dos ODS. Esses estudos apresentam abordagens distintas, mas convergem ao reconhecer o potencial do referencial de Sen para ampliar a compreensão sobre desenvolvimento, indo além de métricas puramente econômicas.

A análise desses trabalhos revela que as dimensões mais exploradas nos estudos são as oportunidades sociais e as facilidades econômicas, enquanto garantias de transparência e liberdades políticas tendem a receber menor atenção. Essa lacuna sugere que, mesmo quando adotada, a Abordagem das Capacidades é frequentemente operacionalizada de forma parcial, priorizando dimensões mais facilmente mensuráveis e deixando em segundo plano variáveis relacionadas à participação democrática, à circulação de informações e ao controle social.

Quando relacionados ao ODS 4 – Educação de Qualidade –, os estudos reforçam que a ênfase predominante ainda recai sobre indicadores de acesso, permanência e desempenho escolar. Embora relevantes, esses indicadores não captam integralmente a noção de liberdade como fim e como meio, central na teoria de Sen. Assim, aspectos como autonomia do estudante, participação da comunidade escolar nas decisões e promoção da justiça social permanecem sub-representados na literatura.

Esses achados reforçam a relevância da presente pesquisa, que propõe uma leitura crítica do Relatório Nacional Voluntário (RNV) do Brasil à luz das cinco liberdades instrumentais de Sen, permitindo identificar não apenas os avanços educacionais reportados, mas também as dimensões omitidas ou pouco desenvolvidas nos mecanismos oficiais de monitoramento dos ODS.

Tabela 2 - Artigos rastreados no Publish or Perish

REFERÊNCIA	TÍTULO	RANK
Nkeiruka Ndubuka; Emmanuelle Rey-Marmonier, (2019)	Capability approach for realising the Sustainable Development Goals through Responsible Management Education: The case of UK business school academics.	1
Hinke Haisma; Sepideh Yousefzadeh; Pieter Boele Van Hensbroek(2018)	Towards a capability approach to child growth: A theoretical framework.	2
Emilia Szekely; Mark Mason (2019)	Complexity theory, the capability approach, and the sustainability of development initiatives in education.	11
Sarah Zipp; John Nauright (2018)	Levelling the playing field: Human capability approach and lived realities for sport and gender in the West Indies.	20

Fonte: Autoria própria com os dados do *Publish or Perish* (2024).

Com base na análise dos títulos e conteúdos, observou-se que os quatro artigos selecionados apresentam aplicações empíricas em áreas distintas, mas com pontos de convergência na utilização da

Abordagem das Capacidades como lente interpretativa. Em dois deles — Ndubuka e Rey-Marmonier (2019) e Szekely e Mason (2019) — a temática educacional ocupa posição central, enquanto nos demais, a relação com a educação é secundária, mas ainda relevante no contexto dos ODS.

O estudo de Ndubuka e Rey-Marmonier (2019) examina como docentes de escolas de negócios no Reino Unido, signatárias dos *Principles for Responsible Management Education* (PRME), estão adotando um paradigma educacional orientado à sustentabilidade. A proposta busca superar modelos tradicionais de gestão, incorporando práticas pedagógicas que promovem consciência crítica sobre impactos sociais, ambientais e econômicos das decisões corporativas. Como o PRME integra explicitamente os ODS às suas diretrizes, há um alinhamento direto com o ODS 4 (Educação de Qualidade), reforçando a relação entre educação, autonomia e ampliação de oportunidades — elementos centrais na Abordagem das Capacidades.

Haisma et al. (2018), por sua vez, propõem ampliar as métricas de avaliação do crescimento infantil, questionando o modelo biomédico tradicional centrado apenas em indicadores antropométricos universais. Ao integrar os 17 ODS na análise, o estudo destaca dimensões como nutrição adequada, acesso a serviços de saúde, capacitação de cuidadores e políticas públicas específicas, aproximando-se do ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) e dialogando de forma transversal com os ODS 1, 2 e 4. Sua contribuição para a Abordagem das Capacidades reside na valorização da agência das famílias e na incorporação de fatores sociais e culturais no conceito de desenvolvimento infantil.

Retomando o foco educacional, Szekely e Mason (2019) analisam o programa *Solar Night Schools* na Índia, voltado a crianças que não podem frequentar aulas em horários convencionais. A iniciativa, adaptada ao contexto local, oferece aulas noturnas e integra serviços como saúde, água potável e iluminação solar, com gestão descentralizada e participação comunitária. Apesar dos desafios financeiros e de tensões com legislações nacionais, os autores evidenciam que o programa expande a liberdade e a agência dos indivíduos, conectando-se diretamente ao ODS 4 e ao princípio de educação inclusiva e de qualidade.

Zipp e Nauright (2018) abordam a aplicação da Abordagem das Capacidades em programas de esporte para o desenvolvimento (SDP) em Barbados e Santa Lúcia. Criticando modelos de avaliação centrados apenas em indicadores de participação e desempenho, propõem incorporar dimensões sociais e culturais, com destaque para questões de gênero. O estudo argumenta que o SDP pode contribuir para atitudes mais igualitárias, formação de mentores e engajamento comunitário, relacionando-se ao ODS 5 (Igualdade de Gênero) e, de forma secundária, aos ODS 4 e 10.

A análise comparativa dos artigos evidencia dois padrões: (1) estudos que utilizam a Abordagem das Capacidades para revelar a supressão de oportunidades de escolha em contextos institucionais e (2) investigações que desafiam indicadores e métricas tradicionais, defendendo abordagens mais amplas e integradoras para compreender realidades sociais, culturais, étnicas e de gênero. Esses achados convergem com a perspectiva intersetorial dos 17 ODS, que buscam promover soluções sustentáveis além de medições quantitativas, como argumenta Fukuda-Parr (2016).

Assim, a revisão de literatura demonstra que, embora a Abordagem das Capacidades seja reconhecida como referencial relevante, sua operacionalização ainda varia amplamente entre os estudos, com maior presença de dimensões de oportunidades sociais e menor atenção a garantias de transparência e liberdades políticas. Essa constatação fornece base para a análise do Relatório Nacional Voluntário (RNV) do Brasil (2024) na seção seguinte, com foco no ODS 4 — Educação de Qualidade, especialmente considerando que dois dos quatro artigos analisados o apontam como eixo central de suas discussões.

V. Relatório Nacional Voluntário

Dando sequência à discussão anterior, esta seção analisa a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pelo Estado brasileiro, tomando como principal referência o Relatório Nacional Voluntário (RNV), publicado em julho de 2024, que apresenta os avanços e desafios da Agenda 2030 no período de 2016 a 2022. Considerando que a revisão da literatura evidenciou uma interseção significativa entre a Abordagem das Capacidades e o ODS 4 – Educação de Qualidade –, a análise aqui desenvolvida concentra-se na aplicação dessa meta a partir da avaliação dos cinco indicadores de liberdades instrumentais propostos por Amartya Sen (2000), já discutidos na seção inicial deste trabalho.

Nesse sentido, o Relatório Nacional Voluntário, apresentado pelo Brasil à Organização das Nações Unidas (ONU), durante o Fórum Político de Alto Nível nas Nações Unidas, em julho de 2024, foi o primeiro desde 2017. O Relatório além de apresentar a situação de cada um dos 17 ODS implementados nos últimos anos, retrata a retomada de políticas públicas alinhadas pelo Governo Federal com o desenvolvimento sustentável, percebido no alinhamento ao Plano Plurianual (PPA) 2024 - 2027, em que promove diretrizes e metas a médio prazo estando relacionadas com as metas da Agenda 2030. Ademais, o retorno da publicação deste relatório ocorre pela reativação da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS), que ocorreu em 2023 e havia sido extinta em 2019 (RNV, 2024).

A seguir é apresentado os 12 indicadores que compõem as 10 metas globais do ODS 4, seguido da

avaliação da meta realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicado (IPEA), que consiste em 5 possíveis classificações: evolução positiva, evolução negativa, sem evolução, impactado pela COVID-19 e sem indicadores ou série curta, ou regular, ponderações presentes em duas classificações, evolução da meta e avaliação da meta. Ademais, realiza-se uma inserção de indicador que refere aos 5 critérios presentes para a noção de Liberdades Instrumentais, de Amartya Sen.

Quadro - 1 Metas e indicadores do ODS 4 (2016 - 2022)

INDICADORES	EVOLUÇÃO DO INDICADOR	AValiação DA META	INDICADOR DE LIBERDADE INSTRUMENTAL
4.1.1 - Proporção de crianças e jovens: (a) nos segundo e terceiro anos do EF; (b) no final dos anos iniciais do EF; e c) no final do EF 2, que atingiram um nível mínimo de proficiência em (i) leitura e (ii) matemática, por sexo.	-Evolução negativa; -Impactado pela COVID-19	- Sem evolução sendo impactado pelo COVID-19	Oportunidade sociais
4.1.2 - Taxa de conclusão do ensino fundamental e médio.	-Evolução positivo; -Impactado pela COVID-19		
4.2.1 - Proporção de crianças com idade entre 24-59 meses que estão com desenvolvimento adequado da saúde, aprendizagem e bem-estar psicossocial, por sexo.	- Sem evolução; -Impactado pela COVID-19	- Evolução positivo sendo impactado pelo COVID-19	Oportunidades sociais; Segurança protetora.
4.2.2 - Taxa de participação no ensino organizado (um ano antes da idade oficial de ingresso no EF), por sexo.	-Evolução positivo; -Impactado pela COVID-19		
4.3.1 - Taxa de participação de jovens e adultos na educação formal e não formal, nos últimos 12 meses, por sexo.	-Evolução positivo; -Impactado pela COVID-19	- Evolução positivo; - Impactado pela COVID-19	Oportunidade Social.
4.4.1 - Proporção de jovens e adultos com habilidades em tecnologias de informação e comunicação (TIC), por tipo de habilidade.	-Sem indicadores série curta ou irregular	-Sem indicadores ou série curta ou irregular	Oportunidade Social; Segurança Protetora.
4.5.1 - Índices de paridade (mulher/homem, rural/urbano, 1º/5º quintis de renda e outros como população com deficiência, populações indígenas e populações afetadas por conflitos, à medida que os dados estejam disponíveis) para todos os indicadores nesta lista que possam ser desagregados.	-Evolução positivo; -Impactado pela COVID-19	-Evolução positivo; -Impactado pela COVID-19	Oportunidades sociais; Segurança protetora.
4.6.1 - Percentual da população de determinado grupo etário que atingiu pelo menos o nível mínimo de proficiência em (a) leitura e escrita e (b) matemática, por sexo.	-Evolução positivo; -Sem indicadores ou série curta ou irregular -Impactado pela COVID-19	-Evolução positivo; -Impactado pela COVID-19	Oportunidades sociais; Segurança protetora.
4.7.1 - Grau em que a (i) a educação para a cidadania global e (ii) a educação para o desenvolvimento sustentável são integradas nas (a) políticas nacionais de educação; (b) currículos escolares; (c) formação de professores; e (d) avaliação de estudantes.	-Sem indicadores ou série curta ou irregular	-Sem indicadores ou série curta ou irregular	Oportunidades sociais; Segurança protetora.
4.a.1 - Proporção de escolas com acesso a: (a) eletricidade; (b) internet para fins pedagógicos; (c) computadores para fins pedagógicos; (d) infraestrutura e materiais adaptados para alunos com deficiência; (e) água potável; (f) instalações sanitárias separadas por sexo; e (g) instalações básicas para lavagem das mãos (de acordo com as definições dos indicadores WASH).	-Evolução positivo; -Impactado pela COVID-19	-Evolução positivo; -Impactado	Facilidade econômica; Oportunidades sociais; Segurança protetora.

4.b.1 - Volume dos fluxos de ajuda oficial ao desenvolvimento para bolsas de estudo por área e tipo de estudo.	-Sem indicadores ou série curta ou irregular	-Sem indicadores ou série curta ou irregular	Facilidade econômica; Oportunidades Sociais.
4.c.1 - Proporção de professores que receberam a qualificação mínima exigida, por nível de ensino.	-Evolução positivo; -Impactado pela COVID-19	-Evolução positivo; - Impactado	Facilidade econômica; Oportunidades sociais.

Fonte: Elaborado pelos autores, com base no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2024).

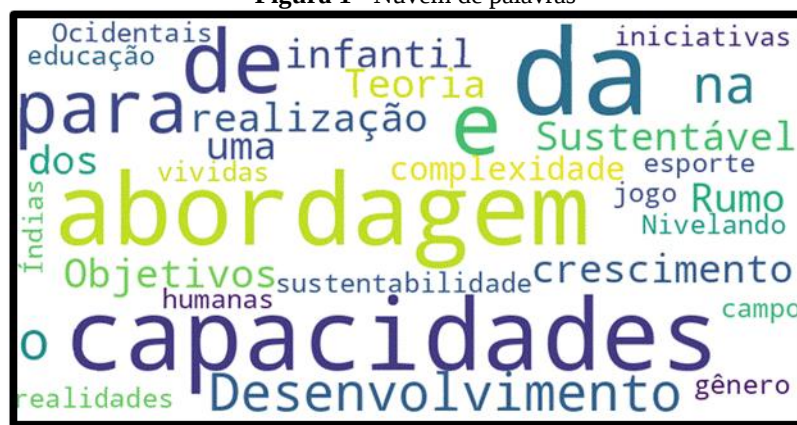
A análise dos indicadores revela, primeiramente, que: (1) das dez metas avaliadas, seis obtiveram avaliação positiva — um resultado expressivo, sobretudo considerando os impactos adversos da COVID-19 sobre a educação;

(2) todas as metas incluem ao menos um indicador vinculado às liberdades instrumentais; e (3) sete das dez metas apresentam dois ou mais desses indicadores, com destaque para a meta 4.a.1, que contempla três dimensões distintas: facilidade econômica, oportunidades sociais e segurança protetora.

Observa-se ainda que o indicador “Oportunidades Sociais” está presente em todos os casos analisados, o que se mostra coerente, dada sua relação intrínseca com a educação. Essa dimensão, portanto, emerge como elemento central e de maior potencial de alavancagem no debate sobre desenvolvimento, à luz da Abordagem das Liberdades de Amartya Sen. O indicador “Segurança Protetora” aparece em seis ocorrências, frequentemente associado às oportunidades sociais e às finalidades das políticas examinadas. Em contrapartida, nota-se a ausência de referência a um conjunto completo das cinco liberdades instrumentais, com destaque para a inexistência de menções explícitas a garantias de transparência e liberdades políticas.

Esses achados sugerem que, embora de forma ainda incipiente, a presença de indicadores relacionados às liberdades instrumentais sinaliza uma intenção de orientar as políticas educacionais para o fortalecimento das capacidades humanas, contribuindo assim para a promoção do desenvolvimento humano. Na sequência, a Figura 1 apresenta a nuvem de palavras elaborada a partir dos termos mais recorrentes nos artigos analisados (listados no Quadro 1).

Figura 1 - Nuvem de palavras



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A nuvem de palavras apresentada evidencia os principais termos e conceitos extraídos dos títulos dos artigos analisados, refletindo as temáticas centrais abordadas nas pesquisas. Termos como “capacidade”, “desenvolvimento”, “sustentabilidade”, “educação” e “abordagem” aparecem com maior frequência, sinalizando a forte vinculação dos estudos à teoria das capacidades de Amartya Sen, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e às questões relacionadas ao crescimento humano e à equidade social.

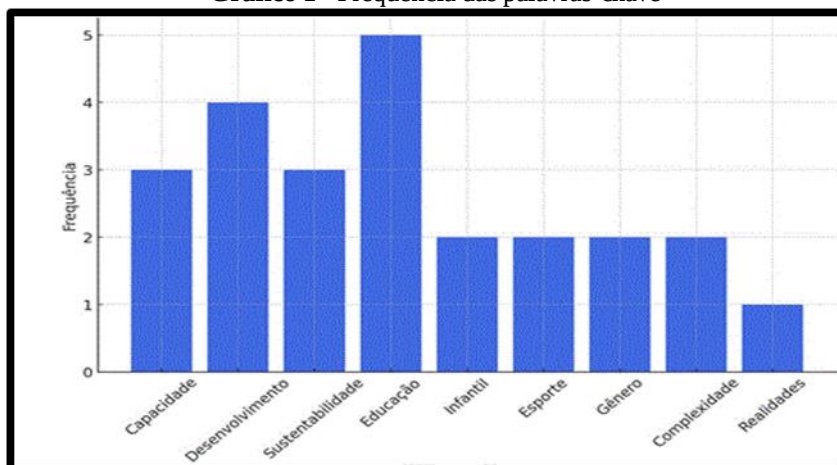
O destaque de palavras como “infantil”, “esporte” e “gênero” indica que os trabalhos aplicam a Abordagem das Capacidades a contextos sociais diversos, o que demonstra sua versatilidade e relevância para a formulação e implementação de políticas públicas. Já a presença de expressões como “teoria da complexidade” e “realidades vividas” sugere que parte da literatura busca compreender as interações entre múltiplos fatores que influenciam o desenvolvimento humano e a educação, incorporando perspectivas interdisciplinares.

Desse modo, a nuvem de palavras funciona como recurso visual para sintetizar e destacar os temas mais recorrentes nas pesquisas analisadas, permitindo identificar padrões e potenciais áreas de aprofundamento em futuras investigações, conforme já apontado por estudos que defendem seu uso como ferramenta para análise qualitativa e síntese visual de dados textuais (HEIMERL et al., 2014; McNAUGHT;

LAM, 2010).

O Gráfico 1 reforça essa tendência, evidenciando que os estudos analisados mantêm foco expressivo em educação, desenvolvimento sustentável e qualidade de vida, com aplicações que abrangem infância, esporte, gênero e inclusão social. Essa diversidade temática confirma que a Abordagem das Capacidades não se limita a um constructo teórico abstrato, mas constitui um referencial aplicável para orientar políticas públicas e estratégias voltadas à implementação dos ODS.

Gráfico 1 - Frequência das palavras-chave



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O gráfico apresentado evidencia a frequência de palavras-chave extraídas dos artigos analisados, refletindo a predominância de certos temas dentro do debate sobre a abordagem das capacidades e a Agenda 2030. O destaque para "Educação" como a categoria mais recorrente reforça o papel central do ODS 4 no contexto das discussões sobre desenvolvimento sustentável e equidade social. A alta incidência de termos como "Desenvolvimento" e "Sustentabilidade" também aponta para a interseção entre políticas públicas e os desafios enfrentados para garantir oportunidades igualitárias.

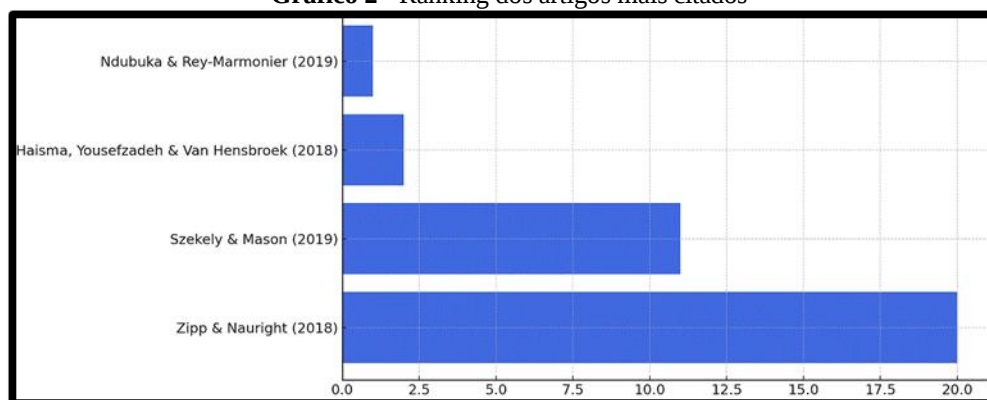
Além disso, a presença significativa de termos como "Capacidade" e "Infantil" sugere que há um olhar atento para a educação enquanto promotora de liberdade e mobilidade social desde os primeiros anos de vida. A recorrência de palavras como "Esporte" e "Gênero" indica que a literatura analisada não apenas trata de aspectos estruturais da educação, mas também de suas interseções com diferentes dimensões da vida social.

Os termos menos frequentes, como "Complexidade" e "Realidades", embora apareçam em menor número, sugerem que há reflexões sobre a pluralidade de contextos nos quais a educação e as políticas públicas são implementadas. Essa diversidade de abordagens reforça o potencial da teoria das capacidades para interpretar O gráfico apresentado ilustra a frequência relativa das palavras-chave extraídas dos artigos analisados, evidenciando a predominância de determinados temas no debate sobre a abordagem das capacidades e sua relação com a Agenda 2030. O destaque conferido à categoria "Educação" como a mais recorrente reforça a centralidade do ODS 4 nas discussões voltadas ao desenvolvimento sustentável e à promoção da equidade social. De igual modo, a elevada incidência de termos como "Desenvolvimento" e "Sustentabilidade" indica a estreita interseção entre políticas públicas e os desafios para assegurar oportunidades igualitárias.

A expressiva presença de termos como "Capacidade" e "Infantil" evidencia uma atenção particular à educação como promotora de liberdade e mobilidade social desde a primeira infância. Paralelamente, a recorrência de "Esporte" e "Gênero" revela que a literatura analisada contempla não apenas aspectos estruturais da educação, mas também suas interfaces com distintas dimensões da vida social.

Palavras de menor frequência, como "Complexidade" e "Realidades", embora menos presentes, sinalizam reflexões sobre a multiplicidade de contextos em que a educação e as políticas públicas se materializam. Essa diversidade de enfoques reforça a potencialidade da abordagem das capacidades como ferramenta interpretativa de fenômenos sociais para além de métricas tradicionais, ressaltando a importância de políticas sensíveis às especificidades locais.

Assim, o gráfico sintetiza a amplitude das discussões identificadas na literatura examinada, demonstrando que a abordagem das capacidades não apenas sustenta reflexões teóricas, mas também orienta práticas concretas voltadas ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Gráfico 2 - Ranking dos artigos mais citados

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O gráfico apresentado ilustra a distribuição da frequência de citações dos artigos analisados, destacando o peso relativo de cada estudo na discussão sobre a abordagem das capacidades e sua relação com a Agenda 2030. Observa-se que os artigos de Zipp e Nauright (2018) e Szekely e Mason (2019) possuem as maiores ocorrências, indicando que foram os mais referenciados dentro do corpus analisado. Isso sugere que esses estudos abordam de maneira mais aprofundada ou abrangente as interseções entre capacidades humanas, desenvolvimento sustentável e políticas públicas.

O artigo de Zipp e Nauright (2018) se destaca com a maior frequência, o que pode refletir a relevância do tema tratado “esporte e gênero” na discussão sobre equidade social e oportunidades reais dentro da abordagem das capacidades. Da mesma forma, o trabalho de Szekely e Mason (2019), que explora a complexidade do desenvolvimento sustentável no campo da educação, também apresenta uma presença significativa.

Já os estudos de Haisma, Yousefzadeh e Van Hensbroek (2018) e Ndubuka e Rey-Marmonier (2019) aparecem com menor frequência, sugerindo que, embora sejam relevantes, suas contribuições podem ter um escopo mais específico ou menos transversal dentro do contexto investigado. O estudo de Haisma et al. (2018) trata da mensuração do crescimento infantil a partir de novas abordagens teóricas, enquanto o de Ndubuka e Rey-Marmonier (2019) discute a integração dos ODS no ensino superior de gestão.

A distribuição dos dados reforça a diversidade de aplicações da abordagem das capacidades, evidenciando que sua utilização não se limita a um único campo, mas abrange diferentes dimensões do desenvolvimento humano. Além disso, sugere que os temas mais recorrentes são educação, esporte e inclusão social que, possuem um peso significativo nas reflexões contemporâneas sobre os ODS.

VI. Conclusão

A abordagem das capacidades, proposta por Amartya Sen (2000; 2011), destaca a importância de ampliar as liberdades substantivas dos indivíduos, permitindo que alcancem os funcionamentos que valorizam em suas vidas. A privação de elementos como saúde, educação, integridade física, escolhas racionais e autonomia revela limites significativos ao exercício dessas liberdades. Esses aspectos foram evidenciados nos estudos da revisão de literatura, que aplicam a abordagem das capacidades para analisar contextos que transcendem métricas tradicionais, incorporando dimensões culturais e individuais, com foco em educação, desenvolvimento infantil e igualdade de gênero (Ndubuka; Rey-Marmonier, 2019; Szekely; Mason, 2019).

A interseção entre a abordagem das capacidades e a Agenda 2030 permitiu identificar um diálogo significativo, especialmente no que se refere ao ODS 4 – Educação de Qualidade. A análise dos indicadores brasileiros para a implementação desse objetivo revelou que, embora nenhum reúna simultaneamente todas as cinco liberdades instrumentais propostas por Sen, todos incorporam pelo menos uma delas. Essa constatação aponta para uma condição potencial de avanço rumo ao desenvolvimento das liberdades substantivas, ainda que parcial, o que reforça o papel da Agenda 2030 como um framework integrador para políticas públicas.

A partir dos gráficos apresentados, observa-se que os conceitos de "Educação", "Desenvolvimento" e "Sustentabilidade" são os mais frequentes na literatura analisada, demonstrando a centralidade da educação na promoção do desenvolvimento sustentável e da equidade social. Além disso, termos como "Infantil", "Esporte" e "Gênero" indicam que a teoria das capacidades tem sido aplicada a diferentes dimensões da realidade social, sugerindo que políticas públicas precisam ser sensíveis às diversidades contextuais.

Outro ponto relevante é a distribuição da relevância dos artigos analisados, conforme ilustrado no segundo gráfico. O destaque para os estudos de Zipp e Nauright (2018) e Szekely e Mason (2019) sugere que temas como esporte, gênero e complexidade do desenvolvimento sustentável na educação possuem grande

impacto na literatura. Em contrapartida, os artigos de Haisma, Yousefzadeh e Van Hensbroek (2018) e Ndubuka e Rey-Marmonier (2019), embora com menor frequência, reforçam a importância de abordagens mais específicas na análise das capacidades humanas.

Além disso, verificou-se que as políticas associadas à Agenda 2030 abarcam dimensões amplas em sua implementação, como ilustrado pela meta-4.a.1, que incorpora três indicadores principais: facilidade econômica, oportunidades sociais e segurança protetora. Esses indicadores refletem diferentes capacidades reais que podem ser garantidas aos indivíduos, mas também evidenciam desafios na mensuração e no acompanhamento do impacto das políticas públicas.

Por fim, observa-se a necessidade de aprofundar estudos sobre os programas efetivamente implementados para alcançar essas metas, considerando que o Relatório Nacional Voluntário (RNV, 2024) menciona apenas o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e o Programa Pé-de-Meia. Pesquisas futuras poderiam explorar outras iniciativas, ampliando a compreensão sobre a eficácia e os desafios das políticas públicas no âmbito da Agenda 2030, bem como das liberdades substantivas proporcionadas por essas ações.

A partir dessa análise, conclui-se que a abordagem das capacidades transcende um modelo puramente econômico de desenvolvimento, incorporando fatores sociais, culturais e institucionais. Os dados analisados demonstram que essa abordagem não apenas fundamenta reflexões teóricas, mas também orienta práticas concretas para o avanço dos ODS, indicando um caminho promissor para políticas públicas mais inclusivas e eficazes.

Referências

- [1] BRASIL. Constituição Da República Federativa Do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- [2] BRASIL . Fundo Nacional De Desenvolvimento Da Educação. Programa Dinheiro Direto Na Escola (PDDE). 2009. Disponível Em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pdde> . Acesso Em: 04 Jan 2025.
- [3] BRASIL . Lei Nº 13.005, De 25 De Junho De 2014. Estabelece O Plano Nacional De Educação – PNE E Dá Outras Disposições. Diário Oficial Da União: Seção 1 , Brasília, DF, 26 Jun. 2014. Disponível Em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm . Acesso Em: 07 Mar 2025.
- [4] BRASIL. Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). ODS 4: Educação De Qualidade. Brasília, DF: Ipea, 2023. Disponível Em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods4.html>. Acesso Em: 10 Fev 2025.
- [5] BRASIL. Ministério Da Educação. Programa Pé-De-Meia. Brasília, DF: MEC, 2023. Disponível Em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia>. Acesso Em: 07 Mar 2025.
- [6] CORREA JUNIOR, C. B. As Liberdades Instrumentais De Amartya Sen E Os Novos Indicadores De Desenvolvimento. 2012.
- [7] FREITAS, J. R.; FEITOSA, B. L. O Enfoque Das Capacidades Por Martha Nussbaum E A Busca Por Uma Sociedade Justa. Revista De Teorias Da Justiça, Da Decisão E Da Argumentação Jurídica, V. 6, N. 1, P. 21-36, 2020.
- [8] FUKUDA-PARR, S. From The Millennium Development Goals To The Sustainable Development Goals: Shifts In Purpose, Concept, And Politics Of Global Goal Setting For Development. Gender & Development, V. 24, N. 1, P. 43-52, 2016.
- [9] GOMES, M. F.; FERREIRA, L. J. Políticas Públicas E Os Objetivos Do Desenvolvimento Sustentável. Direito E Desenvolvimento, V. 9, N. 2, P. 155-178, 2018.
- [10] HAISMA, H.; YOUSEFZADEH, S.; BOELE VAN HENSBROEK, P. Towards A Capability Approach To Child Growth: A Theoretical Framework. Maternal & Child Nutrition, V. 14, N. 2, P. E12534, 2018.
- [11] INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Agenda 2030: Objetivos De Desenvolvimento Sustentável: Avaliação Do Progresso Das Principais Metas Globais Para O Brasil: ODS 4: Assegurar A Educação Inclusiva E Equitativa E De Qualidade, E Promover Oportunidades De Aprendizagem Ao Longo Da Vida Para Todas E Todos. Brasília: Ipea. 17 P. 2024.
- [12] KAMAU, M.; CHASEK, P.; O'CONNOR, D. Transforming Multilateral Diplomacy: The Inside Story Of The Sustainable Development Goals. Routledge, 2018.
- [13] LIMA, R.; COSTA, J. Avaliação De Políticas Públicas De Turismo: Aspectos Metodológicos E Os Resultados Da Avaliação Do PRODETUR Em Parnamirim. RN, P. 451-474, 2012.
- [14] MOYER, J. D.; HEDDEN, S. Are We On The Right Path To Achieve The Sustainable Development Goals?. World Development, V. 127, P. 104749, 2020.
- [15] NDUBUKA, N.; REY-MARMONIER, E. Capability Approach For Realising The Sustainable Development Goals Through Responsible Management Education: The Case Of UK Business School Academics. The International Journal Of Management Education, V. 17, N. 3, P. 100319, 2019.
- [16] NUSSBAUM, M. C.; MOSQUERA, A. S. Crear Capacidades. Barcelona: Paidós, 2012.
- [17] NUSSBAUM, M.C. Fronteiras Da Justiça: Deficiência, Nacionalidade, Pertencimento A Espécie. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- [18] NUSSBAUM, M. C. Justice For Animals: Our Collective Responsibility. Simon And Schuster, 2024.
- [19] PINHEIRO, M. M. S. As Liberdades Humanas Como Bases Do Desenvolvimento: Uma Análise Conceitual Da Abordagem Das Capacidades Humanas De Amartya Sen. Texto Para Discussão, 2012.
- [20] PIRES, R. R. C.; LOPES, F. L. (Org.). Burocracia E Políticas Públicas No Brasil: Interseções Analíticas. Brasília: Enap, 2018. Disponível Em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3247/1/Livro_Burocracia%20e%20pol%C3%Adticas%20p%C3%BAblicas%20no%20Brasil%20interse%C3%A7%C3%B5es%20anal%C3%Adticas.pdf. Acesso Em: 05 Mar 2025.
- [21] POGGE, T. Que Es La Justicia Global. In Revista Latinoamericana De Filosofia, Vol. Aula Expositiva E Dialogada. 33, N 2, 2007
- [22] POZZATTI, A. P. In: JOURNAL, E. T. O Que É Uma Sociedade Internacional Justa? O Direito Internacional Entre O Reconhecimento E O Desenvolvimento. Tradução De Ademar Pozzatti. Porto Alegre: Sulina, 2023.
- [23] RNV - Relatório Nacional Voluntário, Brasil 2024 / Secretaria-Geral Da Presidência Da República. Brasília: Presidência Da República, 2024.
- [24] SAVIANI, Dermeval. História Das Ideias Pedagógicas No Brasil. Autores Associados, 2021.
- [25] [25]. SEN, A. Desenvolvimento Como Liberdade. São Paulo: Companhia Das Letras, 2000. SEN, SEN, A. A Ideia De Justiça. Editora Companhia Das Letras, 2011.

- [26] SEIXAS, C. S.; PRADO, D. S.; JOLY, C. A.; MAY, P. H.; NEVES, E. M. S. C.; TEIXEIRA, L. R. Governança Ambiental No Brasil: Rumo Aos Objetivos Do Desenvolvimento Sustentável (ODS)? Cadernos Gestão Pública E Cidadania, V. 25, N. 81, 2020. . SILVA, E. R. A. Os Objetivos Do Desenvolvimento Sustentável E Os Desafios Da Nação. 2018.
- [27] SCARANO, F. R.; PADGURSCHI, M. D. C. G.; FREIRE, L. M.; AGUIAR, A. C. F.; CARNEIRO, B. L. R.; PIRES, A. P. F. Para Além Dos Objetivos Do Desenvolvimento Sustentável: Desafios Para O Brasil. Bio Diverso, V. 1, N. 1, 2021. [29]. STEARNS, Peter N. The Industrial Revolution In World History. Routledge, 2020.
- [28] SZEKELY, E.; MASON, M. Complexity Theory, The Capability Approach, And The Sustainability Of Development Initiatives In Education. Journal Of Education Policy, V. 34, N. 5, P. 669-685, 2019.
- [29] UNITED NATIONS. Transforming Our World: The 2030 Agenda For Sustainable Development. 2015. Disponível Em: <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n15/291/89/pdf/n1529189.pdf>. Acesso Em: 01 Out. 2024.
- [30] UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. Education For All 2000-2015: Achievements And Challenges. Paris: UNESCO, 2015.
- [31] VITTA, A. Justiça Distributiva: A Crítica De Sen A Rawls. Dados, V. 42, P. 471-496, 1999.
- [32] ZIPP, S.; NAURIGHT, J. Levelling The Playing Field: Human Capability Approach And Lived Realities For Sport And Gender In The West Indies. Journal Of Sport For Development, V. 6, N. 10, P. 38-50, 2018.
- [33] ZORZO, F. B.; LAZZARI, F.; SEVERO, E. A.; GUIMARÃES, J. C. F. Desenvolvimento Sustentável E Agenda 2030: Uma Análise Dos Indicadores Brasileiros. Revista Gestão E Desenvolvimento, V. 19, N. 2, P. 160-182, 2022.